



ATA NÚMERO VINTE CINCO

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas dezoito horas, reuniu extraordinariamente, na Sala Atelier do Teatro Municipal da Lousã, a Assembleia Municipal, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**: -----

1- Apreciação e Votação da Proposta de fixação das taxas do imposto municipal sobre imóveis (IMI) para o ano de 2026. -----

2- Apreciação e Votação da Proposta sobre a participação variável no IRS para o ano de 2026; -----

3- Apreciação e Votação Proposta sobre o lançamento das taxas de derrama para o ano de 2026; -----

4- Apreciação e Votação Proposta de fixação da taxa municipal de direitos de passagem para o ano de 2026; -----

5- Apreciação e Votação da Proposta de reorganização dos serviços municipais; -----

6- Apreciação e Votação da Proposta de aprovação da atribuição de despesas de representação ao pessoal dirigente; -----

7- Apreciação e Votação da Proposta de Alteração do art.º 40º do Regimento da Assembleia Municipal e do Regulamento da Transmissão em Direto das Sessões da Assembleia Municipal da Lousã. -----

O Senhor Presidente da Mesa deu início aos trabalhos começando por apresentar cumprimentos ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** e restante Executivo, Senhores membros da Assembleia Municipal e todos os presentes. ---

CHAMADA: -----

- Pedro Miguel Santinho Antunes -----
- João Pedro Pereira Ferreira de Melo -----
- Marília Dias Pereira -----
- Ana Filipa Vidal Francisco Simões -----
- João Diogo Veloso de Campos Curvelo que justificou a falta e foi substituído por Carla Reboredo; -----
- Patrícia Alexandra de Oliveira Marques Ramalheiro -----



- António Paulo Xavier Magro -----
- Luís Manuel dos Santos -----
- Maria Guilhermina Saúde Ferreira da Silva Menezes Antunes -----
- Luís Miguel Vaz Martins -----
- José Alexandre Sanches da Gama Barros Ferreira -----
- Ana Isabel da Glória Nunes -----
- Maria João Oliveira Miranda da Franca -----
- Guilherme Marques Batista -----
- Renato José Antunes Ferreira -----
- Daniela Patrícia Ferreira dos Santos -----
- Ana Paula Manuel Nunes -----
- Luís Henrique Rodrigues Duarte -----
- Luís Carlos Cristóvão Pires -----
- Rui Domingos Lima Morais -----
- Marco Aurélio Lopes Sequeira que justificou a falta e foi substituído por Mara Tomé. -----

Presidentes de Junta: -----

- Sofia Isabel Dias Simões Antunes -----
- Nelson Manuel Martins Gonçalves -----
- Alcindo José Gonçalves Quaresma -----
- António Joaquim Carvalho Seco -----
- Jorge Manuel Sequeira Lima -----

Executivo: -----

Victor Eugénio das Neves Carvalho -----

Ana Paula Dias Neves Sançana -----

Luís Filipe Sousa Santa -----

Cristina Maria Fernandes Silva -----

António Manuel Antunes Marçal -----

Maria Helena Gomes Correia -----

Domingos Manuel Mendes Lopes, justificou a falta; -----

Por ser a primeira sessão da Assembleia deste executivo, **o Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara.** -----



2/15/19

O Sr. Presidente da Câmara, tomou a palavra e desejou um bom mandato a todos, manifestando votos de que as reuniões contribuam para o desenvolvimento futuro do concelho da Lousã. Referiu ainda que, independentemente de filiação partidária, tratará todos de forma igual, defendendo que a união e a entreatajuda são essenciais para o bem do concelho, manifestando confiança de que os trabalhos serão muito produtivos. Informou ainda que a operação do Metro arranca no próximo dia 16, com início de funcionamento em horário normal. Referiu que o serviço entrará em funcionamento regular, sem interrupções ou adiamentos para efeitos de inauguração formal, por se tratar de uma mais-valia relevante para o concelho da Lousã. Acrescentou ainda que, o Senhor primeiro-ministro estará presente apenas para um momento simbólico de homenagem e inauguração do sistema. -----

O Senhor Presidente da Mesa solicitou a retirada da Ordem de Trabalhos, do ponto nº 7: Apreciação e Votação da Proposta de Alteração do art.º 40º do Regimento da Assembleia Municipal e do Regulamento da Transmissão em Direto das Sessões da Assembleia Municipal da Lousã; -----

Assim sendo, colocou à votação a retirada do Ponto nº 7 da Ordem de Trabalhos, tendo sido aprovada, por unanimidade, por todos os elementos presentes da Assembleia Municipal. -----

O Senhor Presidente da Mesa informou que para ser analisado antes da Ordem do Dia, nos termos da alínea d) do número 19º do Regimento da Assembleia Municipal, deu entrada um voto Pesar, pelo falecimento de Artur Teixeira Pedroso. -----

Guilhermina Antunes fez a leitura do Voto de Pesar pelo falecimento de Artur Teixeira Pedroso, que entre outras atividades, destacou o papel assumido no Movimento Cívico REFUTAR, o seu espírito solidário e da sua firmeza às causas publica. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro (doc. nº 1 (um)). -----
Colocado à votação o Voto de Pesar pelo falecimento de Artur Teixeira Pedroso foi aprovado por unanimidade quando estavam presentes todos os elementos da Assembleia Municipal. -----



O Senhor Presidente da Mesa informou que o referido Voto de Pesar será endereçado à família para conhecimento. -----

PONTO UM DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

1 - Apreciação e Votação da Proposta de fixação das taxas do imposto municipal sobre imóveis (IMI) para o ano de 2026.” -----

Inscrições: Luís Martins, José Barros Ferreira, Paulo Magro, Guilherme Batista, Rui Morais, João Melo, Luís Santos-----

José Barros Ferreira tomou a palavra cumprimentando todos os presentes e disse que relativamente à proposta apresentada, irá votar contra, por não concordar com o conteúdo da mesma. Referiu que a redução proposta é insuficiente. Acrescentou que a medida não promove adequadamente a reabilitação de imóveis, defendendo que deveria existir isenção de IMI para proprietários que pretendam recuperar edifícios, de forma a criar condições efetivas para a reabilitação urbana, em vez de penalizar os proprietários. Destacou ainda que a redução apresentada é apenas de 0,01, considerando-a irrisória, comparando com municípios vizinhos que aplicam taxas significativamente mais baixas. Concluiu reiterando a sua discordância em relação à proposta. -----

Luís Santos interveio cumprimentando todos os presentes e informou que o movimento que representa votará favoravelmente a proposta de redução do IMI, considerando positiva qualquer medida que alivie o esforço fiscal das famílias, sobretudo num contexto em que o município apresenta uma situação financeira equilibrada o que não coloca em risco a sustentabilidade das contas municipais. Concordou com o agravamento da taxa aplicada a imóveis devolutos, defendendo que a medida deveria ir mais longe, incentivando ou obrigando os proprietários à reabilitação desses imóveis. Contudo, apresentou algumas reservas, nomeadamente por considerar que a redução da taxa do IMI poderia ter sido mais ambiciosa, referindo a existência de municípios próximos com condições financeiras semelhantes e taxas mais baixas. Referiu ainda que vê com bons olhos o reforço do apoio às famílias, em especial às famílias numerosas, embora tenha salientado que a proposta não tem em conta o rendimento global dos agregados familiares, aplicando-se de forma



28.
2/10

igual a todos. Apesar dessas limitações, reconheceu que a proposta segue o sentido correto de redução da carga fiscal dos munícipes, justificando assim o voto favorável, manifestando abertura para futuras revisões que beneficiem quem mais necessita. -----

João Melo tomou a palavra e cumprimentou todos os presentes, e manifestou ainda, de forma institucional, cumprimentos e votos de sucesso ao Senhor Presidente da Câmara para o mandato que agora se inicia, reconhecendo que, apesar de poderem existir visões diferentes, existe um objetivo comum de trabalhar pelo melhor interesse da Louçã e dos seus habitantes. Salientou que a missão do Executivo não é fácil no contexto atual, marcado por desafios na defesa do interesse coletivo e do bem público, desejando, por isso, sucesso ao Senhor Presidente e a todo o Executivo. -----

Informou que votará favoravelmente a proposta relativa ao IMI, por considerá-la equilibrada o que garante de estabilidade financeira para o município. Não obstante, registou que se trata de uma política anteriormente criticada pelo atual executivo quando se encontrava na oposição, tendo então defendido soluções diferentes. Referiu que, no entanto, o executivo acabou por reconhecer que esta é a opção mais responsável. Concluiu afirmando que mantém a sua coerência política, votando favoravelmente por sempre ter defendido a estabilidade fiscal e a responsabilidade financeira, manifestando expectativa de que, no futuro, exista a mesma firmeza nas posições assumidas.

Guilherme Batista, iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e disse: *“Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos estamos perante uma proposta que materializa um caminho que consideramos correto: uma política fiscal que protege as famílias. A fixação da taxa de IMI para os prédios urbanos em 0,38% para 2026 representa uma descida face ao ano anterior. Olhando para o panorama do distrito de Coimbra, esta redução é um sinal positivo que nos posiciona abaixo de taxas praticadas em municípios como a Figueira da Foz (0,40%) ou Vila Nova de Poiares (0,39%), e ao mesmo nível de Cantanhede, embora tenhamos consciência que existem concelhos vizinhos com taxas inferiores, o que reforça a importância de mantermos esta trajetória de descida. Mas, mais importante do que a descida da taxa geral, é a*



consolidação do IMI Familiar. Ao garantirmos deduções fixas de 30 euros para um dependente, 70 euros para dois e 140 euros para três ou mais dependentes, estamos a aplicar uma medida social direta e progressiva. Estamos a falar de uma poupança estimada de 500 mil euros. É meio milhão de euros que a Câmara Municipal abdica de cobrar para deixar no bolso das famílias da Louçã. É rendimento disponível que fica na nossa economia local. Paralelamente, somos intransigentes com o desleixo. A proposta de triplicar a taxa para prédios devolutos ou em ruínas é uma medida de justiça para com quem cumpre, investe e reabilita a sua habitação. No entanto, Senhor Presidente, a nossa aprovação hoje não é um cheque em branco sem ambição futura. É público e notório que a Autarquia apresenta uma situação financeira equilibrada. E é também um facto que vivemos um ciclo único de financiamento externo. Com os avultados meios financeiros do PRR e do Portugal 2030 a assegurarem os grandes investimentos estruturantes, a pressão sobre o orçamento municipal diminui. A nossa leitura política é clara: com o avultado financiamento externo e aumento da receita fiscal, o esforço fiscal pedido aos lousanenses tem margem para diminuir. Por isso, encaramos esta descida do IMI como o primeiro passo de uma estratégia mais vasta. Com as contas em ordem, o desafio que deixamos ao Executivo é que, nos próximos orçamentos, tenha a capacidade de alargar este alívio fiscal: queremos ver esta trajetória refletida na Derrama, para apoiar as nossas empresas, e, por conseguinte, fomentar a fixação de novas empresas, pois vivemos um ambiente de forte concorrência fiscal com os outros municípios. Na Participação Variável no IRS, onde ainda retemos 4% do esforço das famílias, sendo que o máximo é 5% há um longo caminho para a redução desta taxa. Hoje, o nosso voto é favorável, porque valorizamos a poupança real de 500 mil euros no IMI. Mas fica a nossa posição vinculada: com equilíbrio financeiro e os fundos comunitários haverá algum motivo para não devolvermos mais rendimento aos lousanenses já nos próximos anos?" -----

Luís Martins, cumprimentou todos os presentes referiu que o IMI é um tema sensível para as famílias e, simultaneamente, fundamental para a estabilidade financeira do município, salientando que o Partido Socialista mantém uma postura de rigor, coerência e responsabilidade. Contestou os valores



anunciados publicamente relativos a uma poupança de 500.000 euros em IMI, esclarecendo que, de acordo com a documentação técnica da proposta, a redução efetiva da receita decorrente da diminuição da taxa de 0,39% para 0,38% é de cerca de 60.000 euros, considerando os restantes valores meramente teóricos. Defendeu que uma boa gestão municipal não se mede por cobrar o máximo permitido por lei, mas pela eficiência na gestão dos recursos públicos. Assinalou ainda que o atual Executivo adotou agora argumentos semelhantes aos que anteriormente criticava quando estava na oposição, nomeadamente a necessidade de equilíbrio financeiro e sustentabilidade das contas. Reafirmou que o PS sempre defendeu a estabilidade financeira e a coerência fiscal, independentemente da posição política que ocupa. Alertou, contudo, que a atualização do valor patrimonial tributário, associada à inflação, poderá levar ao aumento do IMI para algumas famílias, anulando o efeito da descida da taxa. Concluiu afirmando que o Partido Socialista votará favoravelmente a proposta, por considerar que a estabilidade financeira da Lousã deve prevalecer sobre a tática política. -----

Rui Morais cumprimentou todos os presentes e referiu que, há já algum tempo defendia a necessidade de fixar a juventude na Lousã, considerando que, apesar do discurso, poucas medidas concretas, foram tomadas, apontando que muitas decisões foram adiadas para o último ano de mandato. Salientou que a atual proposta assume um carácter de urgência e responsabilidade, resultante de um melhor conhecimento das contas públicas. Manifestou concordância com a redução agora apresentada, considerando-a responsável, nomeadamente no que respeita aos prédios devolutos, recordando a redução da taxa de IVA para a construção aprovada pela Assembleia da República. Apesar do apoio à proposta, defendeu a necessidade de maior ambição nos próximos anos, devendo esta matéria ser considerada no próximo orçamento. -----

Paulo Magro cumprimentou todos os presentes e destacou dois vetores fundamentais na política fiscal municipal: a função social e o equilíbrio financeiro das contas. Referiu que a atualização dos valores patrimoniais dos prédios irá resultar num aumento da receita municipal. Esclareceu que os



valores anunciados relativos à redução do IMI incluem não apenas a diminuição da taxa, mas também o impacto do IMI familiar, devendo ambas as componentes ser consideradas em conjunto. Salientou que, apesar do curto período de governação, o atual Executivo terá avaliado as contas municipais e concluído que a redução do IMI pode ser efetuada sem comprometer o equilíbrio financeiro nem o cumprimento das funções sociais do município. Disse ainda que o Partido Socialista tem uma postura prudente e responsável, ao votar favoravelmente esta proposta. Concluiu felicitando o executivo pela proposta apresentada e manifestando concordância com a aprovação da diminuição do IMI. -----

Presidente da Câmara agradeceu todas as intervenções, referindo que as preocupações manifestadas são comuns. Começou por salientar que os prédios devolutos devem ser efetivamente agravados em sede de IMI, por se tratar de um dos poucos instrumentos legais ao dispor das autarquias para incentivar os proprietários à intervenção nestes imóveis. Referiu ainda as recentes alterações à taxa de IVA na construção, e os apoios anteriormente concedidos para a reabilitação de imóveis devolutos. Esclareceu que a redução de 0,01% agora proposta corresponde à mesma redução que anteriormente demorou vários anos a concretizar, sublinhando que o Executivo se compromete a continuar, de forma gradual, consciente e responsável, a baixar a taxa de IMI até ao final da legislatura. Reforçou a necessidade de equilíbrio entre a gestão prudente das finanças públicas e a concretização de investimento, salientando que os fundos comunitários atualmente disponíveis não garantem estabilidade futura, exigindo preparação para uma redução dessas verbas. Manifestou ainda expectativa na revisão da Lei das Finanças Locais e do pacote financeiro associado à delegação de competências, atualmente desajustado. Relativamente ao IMI familiar, esclareceu que o município não dispõe de instrumentos legais para discriminar em função do rendimento dos agregados. Quanto ao impacto financeiro da medida, afirmou que a redução representa abdicar de uma receita superior a quinhentos mil euros, não se tratando de marketing político, mas de um sinal claro de preocupação com as famílias e de incentivo à fixação da população. Garantiu



que a decisão não compromete o apoio às juntas de freguesia, a ação social nem a execução das obras em curso, nomeadamente no âmbito do PRR, apesar dos riscos associados a revisões de preços. Concluiu referindo que o executivo tem definido um caminho de redução gradual do IMI até 2029, com o objetivo de atingir uma taxa próxima de 0,35%, avaliando anualmente o comportamento da receita fiscal. -----

Colocado à apreciação da Assembleia Municipal a votação da Proposta de fixação das taxas do imposto municipal sobre imóveis (IMI) para o ano de 2026, a mesma foi aprovada por maioria com 1 (um) voto contra do partido CHEGA, quando estavam presentes na sala vinte e seis membros eleitos. (doc. nº 2 (dois)). -----

PONTO DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

2 – Apreciação e votação da proposta sobre a participação variável no IRS para o ano de 2026.-----

Inscrições: Luís Martins, Filipa Vidal, Paulo Magro, Luís Santos -----

Luís Santos disse que o grupo do MIL votará favoravelmente a proposta, considerando que qualquer medida fiscal positiva é um sinal de partilha da receita com as famílias lousanenses. Contudo, registou duas críticas políticas estratégicas: o impacto real da redução de 1% é extremamente reduzido para a maioria das famílias, representando cerca de dezasseis euros por ano para um casal com rendimento médio, pelo que o efeito prático é quase insignificante; e defendeu que os duzentos mil euros correspondentes à redução teriam um efeito social muito mais significativo se fossem canalizados para associações de solidariedade, centros de dia e outras instituições que apoiam idosos e pessoas carenciadas, cujas necessidades diárias o município não consegue suprir sozinho . Concluiu que, embora apoie a proposta, considera que esta opção do Executivo fica aquém do potencial de impacto social e reafirma o compromisso do MIL com uma política fiscal social justa, eficaz e orientada para o bem comum. -----

Filipa Vidal, iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e disse “*Chegamos à análise da Participação Variável no IRS e a conclusão imediata é simples: Não há novidade fiscal! O que temos em cima da mesa é a*



manutenção da taxa de 4% e a devolução de 1% às famílias da Louçã. É exatamente a mesma política, a mesma taxa e a mesma estratégia de equilíbrio que o Município segue, ininterruptamente, desde 2017. Não havendo novidade fiscal, há novidade política: Há cerca de um ano, os Srs. Vereadores da então oposição, na Reunião de Câmara Extraordinária realizada em 29 de novembro de 2024, votavam contra a mesma taxa de 4% como participação variável no IRS. Também em Sessão de Assembleia Municipal de 12 de dezembro de 2024 justificavam o seu voto contra esta mesma taxa de 4%, afirmando e passo a citar "entendemos que o Município, poderia e deveria baixar um pouco mais esta participação a fim de aliviar um pouco a carteira dos Lousanenses." Hoje, passado um ano, o que propõe este executivo, que na altura era oposição, é exatamente a mesma taxa de 4% que tanto criticou, justificando exatamente a mesma prudência. De facto, a realidade das contas, a exigência do PRR e a necessidade de equilíbrio financeiro impuseram-se à retórica eleitoral. O atual executivo percebeu agora que a nossa gestão anterior não era "insensível", era simplesmente responsável! Mas, ao contrário do atual executivo, o Partido Socialista não muda de princípios conforme a cadeira onde se senta. Não vamos criticar hoje o que defendemos ontem! Por isso, a posição da Bancada do PS é clara: Votaremos favoravelmente, dando a lição de coerência que faltou a quem hoje nos governa." -----

Luís Martins, afirmou que a sua intervenção visa não apenas discutir o presente, mas propor um desafio técnico para a política fiscal futura do município. Anunciou que irá entregar à mesa uma proposta de recomendação formal, a anexar à ata, para consideração do Executivo. A proposta defende a otimização fiscal com neutralidade orçamental, sugerindo um aumento da participação variável do IRS até ao limite de 5%, utilizando esta receita para financiar uma descida do IMI para cerca de 0,35%, sem alterar a receita global do município. A medida visa: 1) melhorar a dinâmica de tesouraria, dado que o IRS é pago em duodécimos e o IMI exige pagamentos imediatos; 2) proteger famílias de baixos rendimentos, beneficiando integralmente da redução do IMI sem aumento de encargos; 3) promover justiça contributiva, recaindo o esforço sobre os escalões mais altos de rendimento. Concluiu defendendo que esta



proposta constitui uma gestão fiscal mais inteligente, justa e amiga das famílias lousanenses. -----

Paulo Magro, reconheceu a injustiça existente na aplicação do IRS entre diferentes agregados familiares, salientando que, durante muitos anos, os 4% beneficiavam todos de forma geral. Apesar de concordar com alguns argumentos que foram apresentados pelos outros grupos municipais, referiu que não se deve concluir que medidas anteriores foram erradas. Solicitou ao Executivo que considere um compromisso para, até 2027, avaliar a melhor forma de aplicar o IRS, garantindo justiça fiscal, de modo que os escalões mais altos contribuam de forma proporcional e as famílias de menores rendimentos beneficiem minimamente. -----

Sr. Presidente da Câmara referiu que, no ano anterior, votou contra, às propostas dos impostos, uma vez que nenhum dos três impostos municipais sofreu redução, e salientou que apenas apoiaria a medida se houvesse algum alívio fiscal, como ocorreu com a redução de 0,1% este ano. Referiu que a coerência da sua posição é demonstrada pelo facto de ter mantido este critério de avaliação. Apesar de reconhecer que o valor de 1% é pouco, esta redução contribui indiretamente para o apoio a instituições, clubes, escolas, transportes escolares, refeições e instituições de solidariedade social. Assumiu o compromisso de, em conjunto com o Executivo, realizar um estudo global sobre todos os impostos municipais, de forma a avaliar possíveis ajustes futuros que promovam justiça fiscal e equilíbrio financeiro, considerando que esta análise não pode ser realizada em apenas um mês e meio e deverá ser feita progressivamente, ano após ano. -----

Colocada à apreciação da Assembleia Municipal a votação da proposta sobre a participação variável no IRS para o ano de 2026 a mesma foi aprovada por unanimidade, quando estavam presentes na sala vinte e seis membros eleitos - (doc. nº 3(Três)). -----

PONTO TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

3. Apreciação e Votação Proposta sobre o lançamento das taxas de derrama para o ano de 2026 -----

Inscrições: Mara Tomé -----



Mara Tomé, cumprimentou todos os presentes e disse: "Há agora lugar à análise da Derrama, e tal como nos pontos anteriores, a proposta do executivo é de continuidade: manter a taxa geral em 1,30% e a isenção total para empresas com volume de negócios até 150 mil euros. No entanto, há um dado novo e muito positivo que merece ser sublinhado por esta Assembleia. A previsão de receita da Derrama tem vindo a crescer de forma sustentada, atingindo valores históricos. Sublinhamos este dado porque, se não houve lugar a aumento da taxa, então, este crescimento de receita só tem uma leitura: as nossas empresas estão a vender mais, a lucrar mais e a crescer; um aumento de receita que é reflexo direto da vitalidade, da resiliência e da capacidade de gestão dos empresários da Lousã. Relembra-se que a Derrama incide sobre o lucro tributável das pessoas coletivas. E, como isentamos as micro e pequenas empresas (até 150 mil euros de faturação), esta receita vem sobretudo das médias e grandes empresas que escolheram a Lousã para investir. São elas que, com o seu contributo fiscal, estão a ajudar a financiar infraestruturas e apoio social do nosso concelho. Por isso, esta receita deve ser encarada não apenas como um número no orçamento, mas como um certificado de competência do nosso tecido empresarial. O PS sempre defendeu este modelo: a proteção dos pequenos (com isenção) com um contributo justo, mas competitivo face aos maiores (1,3% em vez do máximo de 1,5%). Por isso, votaremos favoravelmente, mantendo a nossa coerência de sempre. Mas deixo um repto a toda a Assembleia e, em especial, às bancadas que sustentam o atual executivo. Há um ano, votaram contra esta mesma proposta. Hoje, propõem-na. É fundamental que todos olhem para os seus compromissos eleitorais e para o que prometeram a "quem cria economia e emprego". As empresas precisam de previsibilidade, não de sinuosidades políticas. O PS garante essa estabilidade. Esperamos que o executivo, a partir de agora, também a garanta. O nosso voto é a favor das empresas da Lousã." -----

O Sr. Presidente da Câmara referiu que, no que respeita às empresas, existe o Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento no Município da Lousã, aprovado por unanimidade, considerando, contudo, que o mesmo deve ser revisto de forma consensual, de modo a abranger e incentivar os investidores



que pretendam instalar ou desenvolver as suas empresas no concelho. Entendeu que, dando este sinal positivo na captação de investimento e criação de emprego, não se justifica, para já, alterar a taxa de derrama, uma vez que esta apenas incide sobre empresas com faturação superior a 150.000 euros e apenas quando apresentam lucro. Referiu ainda a existência de constrangimentos relacionados com a falta de terrenos disponíveis para instalação de empresas nas zonas industriais, reconhecendo tratar-se de um problema que condiciona a captação de investimento. Informou que o Executivo está a trabalhar no sentido de criar, com urgência, condições para a aquisição de terrenos e reforçar os incentivos previstos no regulamento, de forma a possibilitar a instalação de empresas que gerem riqueza e emprego no concelho. -----

Colocada à apreciação da Assembleia Municipal a votação da proposta sobre o lançamento das taxas de derrama para o ano de 2026, a mesma foi aprovada por unanimidade, quando estavam presentes na sala vinte e seis membros eleitos. (doc. nº 4(quatro)). -----

PONTO QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

4 Apreciação e votação proposta de fixação da taxa municipal de direitos de passagem para o ano de 2026-----

Inscrições: Maria João Franca; -----

Maria João Franca, interveio cumprimentando todos os presentes e pronunciou-se sobre a taxa municipal de direitos de passagem, fixada em 0,25% para 2026, com uma receita estimada de 7.100 euros, sublinhando a importância de valorizar todas as receitas municipais, independentemente do seu montante, como expressão de rigor, justiça na repartição de encargos e boa gestão dos recursos públicos. Esclareceu que esta taxa resulta da Lei das Comunicações Eletrónicas e não constitui uma criação arbitrária do município, destinando-se a compensar os municípios pela ocupação do espaço público por infraestruturas das operadoras de telecomunicações. Referiu que a taxa se aplica às empresas que prestam serviços de comunicações eletrónicas em local fixo. Informou que a bancada do Partido Socialista votará favoravelmente a proposta, alertando,



contudo, para o risco de os custos virem a ser repercutidos nas faturas dos consumidores, com eventual impacto nas famílias e nas empresas. -----

Colocada à apreciação da Assembleia Municipal a votação da proposta de fixação da taxa municipal de direitos de passagem para o ano de 2026, a mesma foi aprovada por unanimidade, quando estavam presentes na sala vinte e seis membros eleitos, (doc. nº 5(cinco)). -----

PONTO CINCO DA ORDEM DE TRABALHOS: -----

5. Apreciação e Votação da Proposta de reorganização dos serviços municipais. -----

Inscrições: João Melo, Luís Santos; Joaquim Seco -----

Joaquim Seco, Presidente da Junta de Freguesia de Vilarinho, interveio agradecendo ao Senhor Presidente da Câmara Municipal da Lousã a proximidade e cooperação mantidas com as juntas de freguesia, salientando a importância do apoio municipal para o seu funcionamento, atendendo às limitações de recursos humanos e financeiros existentes. Destacou a relevância das iniciativas destinadas à motivação e valorização dos trabalhadores municipais, considerando que estas contribuem para reforçar a eficácia da estrutura autárquica. Referiu, a título de exemplo, a realidade da Junta de Freguesia de Vilarinho, com recursos humanos muito reduzidos, salientando a necessidade de colaboração permanente entre o município e as juntas. Manifestou apreço pela iniciativa apresentada, expressando confiança no seu sucesso e sublinhando a importância de uma coordenação contínua entre as entidades. Concluiu informando que votará favoravelmente a proposta, reafirmando a expectativa de manutenção do apoio e cooperação por parte do Município. -----

Luís Santos manifestou preocupação quanto ao elevado impacto financeiro da proposta no orçamento municipal, recordando que, no âmbito das Grandes Opções do Plano para 2026, apresentou contributos ao Senhor Presidente da Câmara, nomeadamente sobre a reorganização dos serviços municipais. Considerou a reorganização uma matéria fundamental para melhorar o funcionamento integrado e dinâmico da Câmara, defendendo que deveria ser precedida de um estudo técnico externo sobre as necessidades dos quadros.



Referiu que a proposta apresentada pelo Executivo lhe pareceu insuficiente, por solicitar a aprovação da criação de três cargos dirigentes e até oito chefias de divisão, quando atualmente existem quatro, salientando que tal estrutura é incomum em municípios de dimensão semelhante à Louçã. Acrescentou que a proposta não fundamenta as exceções legais invocadas para a criação de cargos dirigentes, nem apresenta estudos de necessidades, diagnóstico organizacional, análise de custos, impacto financeiro ou pareceres técnicos que justifiquem a expansão hierárquica. Questionou ainda quais os serviços que estão a falhar e que lacunas concretas se pretendem colmatar, estimando que o custo anual da criação destes cargos poderá ultrapassar os 300.000 euros. Concluiu defendendo que a Assembleia Municipal não deve limitar-se a ratificar propostas sem fundamentação adequada, apelando a maior transparência e questionando se o Executivo estaria disponível para retirar a proposta até à apresentação de um estudo técnico sólido que justifique as alterações pretendidas, salvaguardando o interesse público. -----

João Melo começou por sublinhar que as freguesias constituem uma conquista fundamental do 25 de Abril, enquanto expressão de proximidade democrática, assinalando que no próximo ano se comemoram 50 anos dessa conquista. Relativamente à proposta em apreciação, reconheceu a necessidade de o município ajustar a sua estrutura organizacional, manifestando concordância com esse princípio e informando que, por responsabilidade institucional, votará favoravelmente. Justificou o sentido de voto pelo cumprimento do enquadramento jurídico das autarquias locais, pela clarificação do modelo organizacional e pela definição do número máximo de unidades orgânicas e cargos de direção, considerando que não seria sério criar um obstáculo meramente por confronto político. Contudo, salientou que o voto favorável não significa ausência de críticas, apontando a falta de uma fundamentação estratégica clara, nomeadamente a inexistência de um diagnóstico que identifique os problemas concretos a resolver, bem como a referência à auscultação dos trabalhadores municipais. Referiu ainda que as principais queixas dos munícipes se prendem com atrasos em pequenas obras, manutenção do espaço público e resolução de avarias, defendendo que estas



questões exigem reforço de equipas operacionais e não apenas alterações ao organograma. Acrescentou que não foi apresentado o impacto financeiro da reorganização, o que dificultou a avaliação da sua sustentabilidade. Concluiu reconhecendo aspetos positivos da proposta, como a clarificação de competências e o cumprimento das exigências legais, deixando duas recomendações: a apresentação, no prazo de um ano, de um relatório de avaliação do impacto da reorganização e a definição de um plano gradual de reforço do pessoal operacional, de forma a garantir serviços municipais mais próximos, rápidos e eficazes. -----

O Sr. Presidente começou por responder à intervenção dos Presidentes de Junta, sublinhando que as freguesias constituem a primeira linha de ação do Município e reafirmando o compromisso de proximidade e cooperação. Informou que já se encontram em fase de operacionalização, um Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, através do qual será dada resposta às necessidades identificadas. Acrescentou que está em curso o reforço na área dos assistentes operacionais, prevendo-se a criação de uma brigada dedicada ao apoio às freguesias, de forma a melhorar a eficácia e rapidez da intervenção no terreno. Em resposta às questões colocadas sobre a reorganização dos serviços, esclareceu que os serviços municipais foram envolvidos no processo e compreendem os objetivos da reestruturação, que visa maior responsabilização, agilidade e eficiência. Referiu que a dimensão e a diversidade de serviços do Município da Louçã não são comparáveis às de outros concelhos de menor dimensão, justificando a necessidade de um modelo organizacional adequado à sua realidade. Esclareceu ainda que a reorganização proposta permitirá uma racionalização de custos, explicando que o organograma anterior previa quatro divisões e treze unidades orgânicas, com um custo significativo, enquanto a nova proposta contempla três departamentos, quatro divisões e quatro unidades orgânicas, com uma redução global de encargos. Indicou que o custo adicional estimado será substancialmente inferior aos valores apontados, podendo mesmo representar uma poupança, e garantiu que os recursos humanos serão geridos de forma responsável, não sendo os cargos preenchidos de forma automática. Informou



que, na próxima reunião, será apresentado o quadro de pessoal e a quantificação detalhada dos custos, os quais serão devidamente refletidos no orçamento municipal. Esclareceu que a autorização agora solicitada visa permitir a abertura dos procedimentos necessários à nova estrutura, sendo os impactos financeiros posteriormente integrados no orçamento. Por fim, referiu ter analisado os contributos apresentados no âmbito das Grandes Opções do Plano, reconhecendo que muitos dos pontos se encontram alinhados com o programa eleitoral do Executivo, e manifestou abertura para continuar a prestar os esclarecimentos necessários, nomeadamente aquando da apreciação do orçamento e do mapa de pessoal. -----

Luís Martins – solicitou esclarecimentos adicionais quanto aos valores financeiros referidos, questionando se o montante de trezentos mil euros mencionado corresponde a um valor mensal ou anual. Referiu que, com base na análise que efetuou a alguns quadros e estimativas disponíveis, a proposta apresentada poderá, inclusivamente, representar um custo inferior ao do modelo anterior, reconhecendo, contudo, que se trata de cálculos estimativos, por não dispor de informação financeira detalhada. Indicou que, no seu entendimento, o custo global associado à proposta poderá situar-se em cerca de seiscentos e vinte mil euros, valor inferior ao anteriormente previsto, que rondaria os setecentos de cinquenta mil euros, considerando os encargos com cargos dirigentes e pessoal. Sublinhou que este impacto financeiro deverá ser devidamente estudado e esclarecido, manifestando que estará particularmente atento à apresentação do orçamento no dia 29, nomeadamente ao quadro de pessoal. -----

O Sr. Presidente da Câmara referiu que os valores poderão sofrer um ligeiro ajustamento, mas que se encontram enquadrados no orçamento municipal. Esclareceu que, no imediato, a estrutura proposta não implicará ocupação integral de todos os cargos previstos, sendo que apenas a eventual necessidade futura de recrutamento externo poderá originar acréscimos de custo. Indicou que o montante referido de cerca de trezentos mil euros corresponde a um valor mensal, estando prevista a clarificação do respetivo impacto anual aquando da apresentação do orçamento e do mapa de



peçoal. Acrescentou que todos os esclarecimentos financeiros constarão da documentação orçamental a apresentar na próxima semana, ficando devidamente explicitados para apreciação da Assembleia Municipal. Referiu ainda que o procedimento adotado visa permitir a implementação da nova estrutura de forma faseada, com vista à sua operacionalização no início do próximo ano. -----

Colocada à apreciação da Assembleia Municipal a votação da proposta de reorganização dos serviços municipais, a mesma foi aprovada por maioria com dois (2) votos contra o partido MIL quando estavam presentes na sala vinte e seis membros eleitos, doc. nº 6 (seis). -----

PONTO SEIS DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

6. Apreciação e votação da proposta de aprovação da atribuição de despesas de representação ao pessoal dirigente. -----

Inscrições: Patrícia Ramalheiro -----

Patrícia Ramalheiro, cumprimentou todos os presentes e disse: "*Cabe-nos intervir sobre a proposta de atribuição de despesas de representação ao pessoal dirigente municipal. Estas despesas, no valor de 341,38 euros para diretores de departamento e 213,67 euros para chefes de divisão, decorrem diretamente da Lei n.º 49/2012, que regula o estatuto do pessoal dirigente das câmaras municipais. A proposta alarga-as agora aos dirigentes intermédios de 1.º grau, no âmbito da reorganização dos serviços municipais em curso, criando uma estrutura nuclear mais eficiente com departamentos dirigidos por estes cargos. Como partido da oposição nesta Assembleia Municipal, reconhecemos que esta medida está enquadrada na lei e vai ao encontro da necessária modernização organizacional, promovendo uma gestão mais ágil sem criar novos encargos excessivos. Já evidenciámos as nossas preocupações no ponto anterior, pelo que não seremos repetitivos, mantendo o foco na necessidade de uma gestão rigorosa e responsável. Anunciamos o nosso voto favorável à proposta.*" -----

Colocada à apreciação da Assembleia Municipal a votação da atribuição de despesas de representação ao pessoal dirigente, foi aprovada por



unanimidade, quando estavam presentes na sala vinte e seis membros eleitos, doc. nº 7 (sete). -----

O Senhor Presidente da Mesa colocou à aprovação da assembleia que todas as decisões sejam aprovadas em minuta, a fim de que as mesmas possam produzir efeitos imediatos, sendo aprovadas por unanimidade com os votos favoráveis da Coligação É Hora de Mudar PPD/PSD- CDS-PP, PS, MIL e CHEGA quando estavam presentes na sala vinte e seis elementos. -----

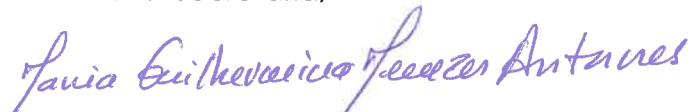
Nada mais havendo a tratar, **o Senhor Presidente da Mesa**, depois de terem assinado todos as folhas de presenças, declarou encerrada a reunião, eram vinte horas e quarenta e cinco minutos. -----

O Presidente da Mesa,



Santinho Antunes

A 1.º Secretária,



Maria Guilhermina Antunes

A 2ª Secretária,



Daniela Santos

